

CUNHA VAZ & ASSOCIADOS

CONSULTORES

“Critérios e Procedimentos na Nomeação de Gestores – A experiência britânica”

**Instituto Português de Corporate Governance
Março 2011**

PEC: Mira Amaral considera "plausível" cenário de crise política (C/ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviço áudio e serviço vídeo disponíveis em www.lusa.pt

*** Lisboa, 14 mar (Lusa) - O presidente do Banco BIC Português, Mira Amaral, disse hoje que "a crise política é um cenário plausível" em Portugal, depois de o Governo ter avançado na sexta-feira com um novo PEC, sem ter consultado os partidos da oposição. "Só vejo duas hipóteses: Ou o Governo estava de tal modo pressionado por Brxelas que nem teve tempo para consultar os partidos, ou pretendeu dar início a uma crise política", revelou Mira Amaral, salientando que falava a título pessoal. Segundo o antigo governante, uma vez que o partido no poder, o PS, é minoritário na Assembleia da República, ao avançar com um novo pacote de austeridade sem procurar apoios noutros partidos, sabia que a reação poderia ser negativa e que poderá, inclusive, levar a que o principal partido da oposição, o PSD, que permitiu a viabilização do Orçamento de Estado para 2011, deixe de colaborar com o Executivo. "Já esperava um novo Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) há muito tempo. Para mim não foi surpresa. Agora, o que devia ser combatido era o despesismo público, já que estas novas medidas trazem um ciclo vicioso que sobrecarrega os portugueses e só agrava os problemas", salientou Mira Amaral. DN.Lusa/Fim

Data
14.03.2011

Media
Lusa

Euro/Crise: Mira Amaral diz que flexibilização do fundo de resgate é "boa notícia" (C/ ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviço áudio e serviço vídeo disponíveis em www.lusa.pt *** Lisboa, 14 mar (Lusa) - A decisão de flexibilizar as capacidades de intervenção do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), saída da reunião de Bruxelas na passada sexta-feira, é bem vista pelo economista Mira Amaral, que realçou que Portugal vai beneficiar da mesma. "A flexibilização do fundo de resgate foi uma boa notícia para Portugal. Pensava que a Alemanha não ia aceitar", revelou aos jornalistas o presidente do Banco BIC Português, à margem de uma conferência em Lisboa promovida pelo Instituto Português de Corporate Governance, realçando que estava a falar a título pessoal. Mira Amaral lembrou que a decisão foi difícil de alcançar porque havia pressão das opiniões públicas alemã, holandesa e finlandesa contra este reforço do apoio aos países europeus em dificuldades. A partir de agora, o FEEF poderá passar a comprar dívida diretamente no mercado primário, isto é, nas emissões feitas pelos países europeus, ao passo que até aqui apenas o Banco Central Europeu (BCE) estava a adquirir dívida pública dos países em dificuldade, mas no mercado secundário. "O BCE estava a tornar-se num 'bad bank' e, isso, ninguém quer", explicou, salientando que a entrada em cena do FEEF "corta o problema pela raiz logo que a dívida é emitida". Paralelamente, Portugal vai, na opinião de Mira Amaral, ser beneficiado com a hipótese de as taxas de juro da dívida pública grega virem a baixar, depois de a Grécia fazer um reescalamento da dívida, pelo que Portugal pode "aproveitar a boleia da Grécia e ganhar tempo". Mira Amaral afirmou ainda que "Portugal já está há algum tempo a recorrer à ajuda externa, pela via do BCE, disso ninguém tenha dúvida", pelo que a flexibilização do fundo de resgate abre novas perspetivas para que não seja necessário um pedido de resgate internacional. DN.Lusa/Fim

Data
14.03.2011

Media
Lusa

Empresas públicas: Carlos Tavares defende que entidades devem seguir regras de boa governação das cotadas (C/ ÁUDIO E VÍDEO)

*** Serviço áudio e serviço vídeo disponíveis em www.lusa.pt *** Lisboa, 14 mar (Lusa) - As empresas públicas ou de capital maioritariamente estatal deverão aplicar um conjunto de regras de boa governação semelhantes às que já são recomendadas às empresas privadas cotadas em bolsa, defendeu hoje, a título pessoal, o presidente da CMVM, Carlos Tavares. "Defendo que deve haver uma extensão quase completa das regras de boa governação das cotadas para as empresas públicas", disse o responsável, acrescentando que estas regras, nalguns casos, "devem ter um carácter vinculativo, e não apenas recomendatório", como acontece no caso das cotadas. Carlos Tavares participou numa conferência promovida em Lisboa pelo Instituto Português de Corporate Governance e, à margem da mesma, explicou aos jornalistas que a aplicação destas regras quer nas empresas públicas, quer no Setor Empresarial do Estado e nas empresas maioritariamente detidas por capitais públicos, proporcionaria "uma melhoria da gestão e do controle do Estado sobre essas empresas". O presidente do supervisor, que realçou intervir a título particular, lançou "cinco sugestões" para tornar o sistema de nomeação de gestores públicos mais transparente e eficiente. "Desde logo, implementar um sistema de nomeações que siga as boas práticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)", revelou, apontando para a adoção do código já em vigor para as cotadas portuguesas, nomeadamente, no que toca à criação de uma comissão de nomeação de gestores para as empresas públicas com todos os membros independentes, envolvendo a Presidência e a Assembleia da República.

Data
14.03.2011

Media
Lusa

Este processo deve também ser seguido no que toca à nomeação dos reguladores, defendeu Carlos Tavares, o qual atualmente é da responsabilidade exclusiva do Governo. "A aplicação de um código de bom governo societário, cuja avaliação deveria ser feita por uma entidade autorizada para o efeito", é a segunda ideia partilhada por Carlos Tavares, que disse que a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) está disponível para desempenhar este papel. A terceira sugestão é a criação de um sistema de proteção das minorias obrigatório, a quarta é a implementação de um sistema transparente para a avaliação dos gestores públicos, com objetivos anuais e plurianuais. Por fim, Carlos Tavares sugere que haja "um 'site' apropriado, talvez da Direção Geral do Tesouro, para que se instale "um regime de divulgação dos factos relevantes das empresas públicas acessível a todos os acionistas, isto é, aos cidadãos portugueses". DNLusa/Fim

Data
14.03.2011

Media
Lusa

"Nada pode ficar na mesma"

Margarida Vaqueiro Lopes

14/03/11 17:30



O presidente do Tribunal de Contas insistiu hoje que Portugal tem de saber "tirar consequências" da crise.

Guilherme d'Oliveira Martins falava na abertura de uma conferência com o tema 'O Sector Empresarial do Estado, Critérios e Procedimentos na Nomeação dos Gestores', onde apelou à necessidade de "as tarefas de regulação, avaliação e controlo" funcionarem "como factor de transparência e verdade".

As palavras do presidente do Tribunal de Contas surgem menos de uma semana depois de Cavaco Silva ter dito, durante o seu discurso de tomada de posse, que "as nomeações de dirigentes para cargos da Administração Pública não devem ser feitos por simpatias políticas".

Oliveira Martins sublinhou ainda que neste momento, "coesão e confiança" são dois factores bastante necessários para se conseguir enfrentar a actual crise.

O Presidente do Tribunal de Contas reiterou também a importância de o sector empresarial do Estado ter sempre presente a dimensão da "prestação de contas que é muito mais do que nos limitarmos a apresentar os resultados. É explicar como e onde foi usado o dinheiro", bem como a dimensão da "responsabilidade. Quem é responsável por quê? Como podem ser atingidos os objectivos?".

Tudo isto, concluiu, "exige trabalho e rigor". E é por isso, notou, "que é preciso tirar consequências da crise" que atravessamos.

E, "na sequência dessa crise, não podemos deixar de dizer que nada pode ficar na mesma". Porque, acrescentou, "só seremos responsáveis pelas gerações futuras se soubermos tirar as lições" das experiências anteriores, concluiu.



Guilherme d'Oliveira Martins falou numa conferência sobre Corporate Governance, na Gulbenkian.



um blog Fora de Série



<http://foradeserie.economico.sapo.pt>

Data
14.03.2011

Media
DE.com

Link
http://economico.sapo.pt/noticias/nada-pode-ficar-na-mesma_113309.html

BCE "estava a tornar-se num *bad bank*"

Mira Amaral diz que Portugal pode “ganhar tempo” com reescalonamento da dívida grega

14.03.2011 - 18:26 Por Cristina Ferreira

26 de 30 notícias em Economia « anterior seguinte »

Mira Amaral mostra-se satisfeito com o resultado da reunião de Bruxelas de sexta-feira, na medida em que “julgava que a Alemanha não ia aceitar a flexibilização do fundo de estabilização europeu”, criado para ajudar os países atingidos pela crise da dívida pública, até porque “as opiniões públicas alemã, holandesa e finlandesa estavam contra a ajuda a Portugal”.



Mira Amaral, presidente do Banco de BIC Portugal
(Enric Vives-Rubio)

Do ponto de vista de Portugal, diz, a decisão da União Europeia é muito importante porque, a partir de agora, as taxas de juro da dívida pública grega “serão mais baixas e a Grécia vai poder passar a reescalonar a sua dívida e Portugal pode aproveitar a boleia da Grécia e ganhar tempo”.

Para o presidente do Banco BIC Portugal, as conclusões da reunião têm um significado muito relevante, que é o facto de o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) começar a comprar dívida pública no mercado primário emitida directamente pelos governos, à semelhança do que faz a Reserva Federal Americana nos Estados Unidos.

Mira Amaral diz perceber as razões que levaram a Alemanha a aceitar tomar a decisão, pois o Banco Central Europeu (BCE), ao estar a comprar dívida pública emitida pelos governos nos mercados secundários, “estava a tornar-se num *bad bank*”. Portanto, adianta Mira Amaral, “era do interesse da senhora Merkel acabar com esta situação”.

Sendo assim, sublinha, a ajuda a Portugal passará agora a ser feita através do fundo europeu no mercado primário. No entender de Mira Amaral, o que o primeiro-ministro, José Sócrates, não queria era a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas aceita a ajuda externa que será feita através do FEEF.

Data
14.03.2011

Media
Publico.pt

Link
http://economia.publico.pt/Noticia/mira-amaral-diz-que-portugal-pode-ganhar-tempo-com-reescalonamento-da-divida-grega_1484759



Lusa

COMENTAR ENVIAR POR EMAIL IMPRIMIR



Publicação: 14-03-2011 21:20 | Última actualização: 14-03-2011 21:21

Mira Amaral considera "plausível" cenário de crise política

O presidente do Banco BIC Português, Mira Amaral, disse hoje que "a crise política é um cenário plausível" em Portugal, depois de o Governo ter avançado na sexta-feira com um novo PEC, sem ter consultado os partidos da oposição.

Like Be the first of your friends to like this.

ESPECIAL



PEC 2010-2013

Como reduzir o défice das contas públicas até 2013

"Só vejo duas hipóteses: Ou o Governo estava de tal modo pressionado por Brxelas que nem teve tempo para consultar os partidos, ou pretendeu dar início a uma crise política", revelou Mira Amaral, salientando que falava a título pessoal.

Segundo o antigo governante, uma vez que o partido no poder, o PS, é minoritário na Assembleia da República, ao avançar com um novo pacote de austeridade sem procurar apoios noutros partidos, sabia que a reação poderia ser negativa e que poderá, inclusive, levar a que o principal partido da oposição, o PSD, que permitiu a viabilização do Orçamento de Estado para 2011, deixe de colaborar com o Executivo.

"Já esperava um novo Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) há muito tempo. Para mim não foi surpresa. Agora, o que devia ser combatido era o despesismo público, já que estas novas medidas trazem um ciclo vicioso que sobrecarrega os portugueses e só agrava os problemas", salientou Mira Amaral.

Lusa



Instituto Português de
Corporate Governance

Data

14.03.2011

Media

Sic.pt



Pesquisa  sapo.pt



[Início](#) [Opinião](#) [Política](#) [Sociedade](#) [Economia](#) [Internacional](#) [Cultura](#) [Desporto](#) [Tecnologia](#) [V](#)

Mira Amaral considera 'plausível' cenário de crise política

14 de Março, 2011



O presidente do Banco BIC Português, Mira Amaral, disse hoje que «a crise política é um cenário plausível» em Portugal, depois de o Governo ter avançado na sexta-feira com um novo PEC, sem ter consultado os partidos da oposição.

«Só vejo duas hipóteses: Ou o Governo estava de tal modo pressionado por Bruxelas que nem teve tempo para consultar os partidos, ou pretendeu dar início a uma crise política», revelou Mira Amaral, salientando que falava a título pessoal.

Relacionadas »

Cavaco em silêncio sobre situação política


Novas medidas 'não violam acordo orçamental'

Passos Coelho recebido por Presidente da República quinta-feira

Sócrates convoca Conselho de Ministros extraordinário

 Imprimir

 Aumentar texto

 Comentar

 Partilhar

792 visitas



Instituto Português de
Corporate Governance

Data

14.03.2011

Media

Sol.pt

Link

http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=14098

CMVM

Carlos Tavares defende extensão das regras de bom governo às empresas públicas

Marta Reis

15/03/11 00:05



O presidente da CMVM, Carlos Tavares, defendeu ontem a extensão das regras de bom governo societário aplicadas às sociedades cotadas às empresas estatais, e disse apoiar o sistema independente de nomeações para cargos públicos existente em Inglaterra.



Referindo que o governo já tem dado alguns "passos positivos" com recomendações, o presidente da CMVM adiantou, à margem de uma conferência organizada pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), que podem ser dados "passos adicionais" nomeadamente com a "extensão quase completa das regras de governo das cotadas às empresas públicas, nuns casos de carácter vinculativo", com adaptações.

Considerando ser necessário avaliar como essa transposição poderá ser feita, Carlos Tavares sublinhou que "a questão da governação das empresas públicas não é substancialmente diferente que a das privadas".

Na conferência sobre "O sector empresarial do Estado, critérios e procedimentos na nomeação de gestores – a experiência britânica", que contou com a presença de Janet Gaymer, ex-comissária régia para as nomeações públicas em Inglaterra, o presidente da CMVM disse ser um "apoiantes firme e sincero" do sistema britânico, que considerou "muito positivo não só para país como para o governo". E deixou, a título pessoal, por esta não ser matéria do âmbito da CMVM, cinco sugestões para melhorar as práticas nas empresas públicas, que disse já ter discutido com o governo. Estas incluem, além da aplicação do código, as nomeações, onde defende um "sistema que siga as boas práticas definidas pela OCDE" e que seja aplicado também aos reguladores; um sistema de protecção de minorias, a implementação de um sistema de avaliação para os gestores a divulgação de contas e de factos relevantes.

Data
15.03.2011

Media
DE.com

Link
http://economico.sapo.pt/noticias/carlos-tavares-defende-extensao-das-regras-de-bom-governo-as-empresas-publicas_113370.html

Carlos Tavares defende regras de bom governo no SEE

O presidente da CMVM, Carlos Tavares, defendeu ontem a extensão das regras de bom governo societário aplicadas às sociedades cotadas às empresas estatais, e disse apoiar o sistema independente de nomeações para cargos públicos existente em Inglaterra.

Referindo que o governo já tem dado alguns "passos positivos" com recomendações, o presidente da CMVM adiantou, à margem de uma conferência organizada pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), que podem ser dados "passos adicionais" nomeadamente com a "extensão quase completa das regras

de governo das cotadas às empresas públicas, nuns casos de carácter vinculativo", com adaptações.

Na conferência sobre "O sector empresarial do Estado, critérios e procedimentos na nomeação de gestores - a experiência britânica", que contou com a presença de Janet Gaymer, ex-comissária régia para as nomeações públicas em Inglaterra, o presidente da CMVM disse ser um "apoiante firme e sincero" do sistema britânico. E deixou, a título pessoal, por esta não ser matéria do âmbito da CMVM, cinco sugestões para melhorar as práticas nas empresas públicas, que disse já ter discutido

com o governo. Estas incluem, além da aplicação do código, as nomeações - onde defende um "sistema que siga as boas práticas definidas pela OCDE" e que seja aplicado também aos reguladores - um sistema de protecção de minorias, a implementação de um sistema de avaliação para os gestores, a divulgação de contas e de factos relevantes.

O presidente do IPCG, Pedro Rebelo de Sousa, defendeu a introdução de um mecanismo de escrutínio, tendo por base "dois princípios, o da transparência e o da meritocracia", dois dos sete princípios do processo de nomeações em Inglaterra. ■ M.R.

Data
 15.03.2011

Media
 Diário Económico

Mancha
 Última página



Janet Gaymer, que esteve em Portugal a participar na conferência "O Sector Empresarial do Estado, Critérios e Procedimentos na Nomeação de Órgãos" da Associação de Empresas, acredita que a transparência nas nomeações em Portugal é uma lição que o sector público pode dar ao privado.

ENTREVISTA. JANET GAYMER Ex-comissária régia para as nomeações públicas em Inglaterra e País de Gales

“O mais importante é que as nomeações sejam feitas por mérito”

Nomeações para cargos públicos em Inglaterra são reguladas e têm código de boas práticas.

Marta Reis
marta.reis@economico.pt

Há 15 anos que Inglaterra tem um órgão de supervisão das nomeações para cargos públicos. Janet Gaymer, comissária nos últimos cinco que participou na última conferência do Instituto Português de Corporate Governance, diz que o sistema funciona e produziu bons resultados.

Nos cinco anos em que foi comissária, quais os principais desafios que encontrou?

Penso que o principal desafio de uma comissária para as nomeações públicas é garantir que se melhoram os processos de nomeações, defendendo os princípios de base do código de boas práticas. Alguns destes princípios são, por vezes, difíceis de colocar em prática; por exemplo, nas nomeações ministeriais... o ministro escolhe um de dois ou mais candidatos, é o responsável pela deci-

são. É difícil, quando um ministro tem um interesse em quem é nomeado, garantir que este não interfere com o processo, que vá sendo informado sem interferir. Há que manter o equilíbrio, durante todo o tempo, entre garantir que os princípios são cumpridos e conseguir o melhor resultado, que é uma nomeação por mérito.

Tem de intervir por causa de interferências de ministros?

Adoptei uma abordagem de prevenção em vez de cura. Penso que uma medida de sucesso dessa abordagem é que, nos cinco anos do mandato, nunca tive que tomar a "opção nuclear" neste contexto, que é uma declaração pública sobre um comportamento errado de um ministro. Acho que é uma indicação de que toda a gente envolvida no processo está a tentar fazer o mais acertado.

Sentiu que, ao longo desse tempo, os cidadãos mostraram maior concordância com as nomeações para cargos públicos?

Uma das coisas mais difíceis de medir é exactamente isso, o que a população em geral pensa acerca das nomeações públicas. Os inquéritos que fizemos ao longo dos cinco anos indicam que as pessoas sentiram que o processo foi justo e teve os resultados certos. Há sinais de que estamos a ir na direcção certa.

É transparente...

Absolutamente. Penso que é uma lição que o sector público pode dar ao privado.

“**Importante é a regulação das nomeações públicas ser feita por um órgão independente do Governo.**”

Quais as principais mensagens, conselhos, que traz a Portugal?

Penso que o mais importante que tenho para transmitir é que o sistema funciona, funcionou ao longo dos últimos 15 anos, e penso que produziu resultados muito claros. Quero ainda destacar o que é importante é a regulação das nomeações públicas ser feita por um órgão independente do governo; essa independência permite que a pessoa, ou grupo de pessoas, possa falar com honestidade e garantir o mais importante, que as nomeações são feitas por mérito, no final de um processo que é justo, aberto e transparente. No final, o mais importante é ter escolhido a melhor pessoa que se conseguiu encontrar para ocupar o cargo.

É vantajoso para um país, nomeadamente Portugal, ter um sistema de nomeações como o britânico?

Penso que qualquer país pode criar um sistema adequado para si. Penso que é preciso olhar para o

ambiente particular do país em causa. Mas, independentemente disso, há certas lições que se aplicam em qualquer caso; o mais importante, que já referi, é a independência, e, também, utilizar um código de boas práticas e enfatizar os princípios.

Como é que Portugal, que tem um Presidente da República, poderia criar um órgão como o britânico, que é de nomeação régia?

O mais importante é que, qualquer que seja o sistema adoptado, seja visto como livre de influências, seja independente. Poderá significar, por exemplo, ter um órgão de nomeações composto por todos os partidos políticos relevantes; ter um processo de nomeações transparente, que seja claro para todos como a nomeação será feita, que não esteja sujeito a manipulação política ou a qualquer politização. E terão de existir vários mecanismos de controlo ao longo do processo para garantir que será mesmo assim. ■

Data
17.03.2011

Media
Diário Económico

Mancha
1 Página